Análise – Programa “Brasil na Escola”

1- Surpreendentemente, o novo Programa “Brasil na Escola”, focado nos anos finais do Ensino Fundamental (6o ao 9o ano), destoa do MEC dos últimos 2 anos: aborda tema relevante, dá ênfase às localidades mais vulneráveis e envolve os Estados e municípios na sua construção. Antes tarde do que nunca.

2- Isto posto, e antes de tecer análise sobre o que foi apresentado do programa até aqui, é preciso dizer: com escolas fechadas há mais de 1 ano e redes de ensino sem coordenação alguma para enfrentar adequadamente os brutais impactos da pandemia na educação, esse deveria mesmo ser o foco nesse momento? Durante a coletiva para apresentar as bases do programa sequer citam o termo “pandemia”. Aparentemente o MEC está insensível à realidade do país.

3- Feito esse registro, vamos ao programa: acerta (i) ao enfatizar que o problema do Ensino Fundamental nos Anos Finais é um desafio latente e mal enfrentado nos últimos anos, (ii) ao propor apoio técnico e financeiro às localidades com piores indicadores educacionais (iii) ao envolver as redes na formulação (ação rara para esse MEC) e (iv) ao se organizar a partir de uma estrutura de política pública (também raro para o MEC durante o governo Bolsonaro).

4- No entanto, avaliamos um principal problema: o desenho é altamente centralizado, com uma lógica de atuação direta do MEC com as Escolas via Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). Nesse sentido, o esforço parece repetir erros já observados em gestões anteriores, que apostaram nesse mesmo modelo (gestões, inclusive, altamente criticadas pelo atual governo). Existem ações mais estruturantes que fazem sentido serem conduzidas pelo MEC diretamente com as escolas, como ações emergenciais e flexibilização do uso de recursos. Não é o caso desse programa.

5- Sobre essa centralização: durante a apresentação nota-se uma preocupação do MEC em indicar que haverá flexibilidade para uso dos recursos, o que é positivo. Não obstante, o programa adota uma lógica fortemente centralizadora, já observada no passado, com o MEC buscando atuar diretamente no dia a dia das escolas, atrelando a aplicação de recursos a um “cardápio de práticas” a serem escolhidas pelas unidades participantes e prêmios financeiros para aquelas que apresentarem melhorias nos resultados educacionais. O desenho parece ter sido inspirado no caso da política pública cearense do Escola Nota 10, mas dado que o programa será conduzido pelo Governo Federal, precisaria de adaptações para dialogar com o pacto federativo. Nesse sentido, o PDDE também precisaria de ajustes para que estados e municípios pudessem participar mais ativamente no processo de implementação do programa. É fundamental que o MEC não repita o erro do passado: olhar para iniciativas locais e reproduzi-las nacionalmente sem adequações necessárias.

6- Definir “boas práticas” de forma centralizada e articular diretamente com as escolas não parece ser o papel do MEC, que deveria fazer isso por meio de articulação com as redes educacionais. Isto posto, por mais bem-intencionado e positivo que o “cardápio de práticas” possa vir a ser, as chances de efetividade em larga escala são baixas. Um processo desse envolve muita coordenação das redes educacionais e suporte técnico às escolas, condições que só serão vistas se o programa for co-implementado por estados e municípios, o que é consideravelmente mais difícil em virtude do uso do PDDE como mecanismo de repasse de recursos.

7- Em outras palavras, é preciso entender que escolas estão dentro de um ecossistema próprio, compondo uma rede com uma política educacional e um histórico específico. O modelo que, de modo geral, opera no Brasil é rede-orientado, no sentido de que escolas dependem de apoio técnico e financeiro das suas respectivas secretarias de educação e o efeito das políticas advindas dos órgãos centrais - para o bem e para o mal - é alto.

8- Por isso, ter um MEC atuando diretamente com as escolas em medidas estruturantes e complexas, e ainda em algumas poucas escolas dentro de uma rede (já que o programa será focalizado no nível da escola, e não da rede ou região), terá efeito muito limitado se as mesmas premissas do programa (e ênfase ao tema) não fizerem parte da política educacional local.

9- Ou seja: se as ideias propostas pelo programa do MEC não entrarem de fato na veia da política educacional local, de maneira adaptada e bem contextualizada, as escolas-alvo da iniciativa terão de lidar com um conjunto de novas diretrizes e responsabilidades não necessariamente alinhadas com o que aquilo que a suas respectivas redes estabelecem. Esse é um erro que já foi cometido pelo MEC no passado e aparentemente está se repetindo. Na coletiva de apresentação, nada foi falado sobre isso. Não parece, portanto, estar no radar de quem formulou o programa.

10- Além disso, as escolas com histórico de resultados baixos (foco do programa) são as mais difíceis de se fazer a transformação. Nesses contextos, a literatura especializada e as experiências de êxito no Brasil já nos dão boas pistas: sem um esforço intensivo e duradouro, que seja capaz de mexer em várias alavancas ao mesmo tempo, a partir de um sólido “projeto de escola”, razoavelmente contextualizado para a realidade local, o quadro não muda. Não parece ser essa a abordagem do novo programa do MEC, até porque, seria impossível realizá-la “de Brasília para o Brasil”.

11- Pode dar certo num lugar ou outro, numa escola ou outra? Pode. A iniciativa ajuda a jogar luz num tema que precisa de maior atenção? Ajuda. Mas enquanto política de alto impacto, tal como apresentada pelo MEC, é difícil acreditar que será algo capaz de mudar os resultados de forma significativa.

12- O que nos traz para o ponto central da análise, que precisa ir além do programa: o foco do MEC deveria estar no enfrentamento da pandemia na educação e em temas diretamente impactados por ou relacionados com ela (por exemplo: Saeb ou apoio às redes educacionais). Para além disso, o esforço principal tem de estar no avanço de medidas estruturantes, de impacto nacional, para impulsionar a recuperação do país após a pandemia, apoiando estados e municípios. Não há atalhos. O MEC tem que se preocupar em fortalecer a capacidade de gestão das redes (por exemplo, via a criação do Sistema Nacional de Educação) e naquilo que está sob sua total responsabilidade (por exemplo, formação inicial de professores).

13- Ao fugir disso e gastar energia/recursos em programas com atuação direta nas escolas, ainda mais sem relação com o momento emergencial que vivemos, o novo programa sacramenta que o “Mais Brasil, Menos Brasília” na Educação (uma ótima premissa, que o Todos, inclusive, elogiou) está muito longe de ser realidade neste governo.